

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.567 - PB (2019/0012371-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE : EDSON OLIVEIRA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PENAL. RECEPÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. CONSUMAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PERDA DO OBJETO RECURSAL. DE OFÍCIO, DECLARADA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RECORRENTE, PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, COM EXTENSÃO ÀS CORRÉS. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por EDSON OLIVEIRA DOS SANTOS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 5.<sup>a</sup> Região na Apelação Criminal n. 0000837-89.2015.4.05.8201.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o Recorrente, juntamente com as corrés MARIA REJANE DA SILVA ROCHA e MARIA JOSÉ DA SILVA SILVEIRA, às penas de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime aberto, e pagamento de multa, como incurso no art. 313-A do Código Penal, sendo, tão somente em relação a ele, decretada a perda do cargo público. Defesa e Acusação apelaram, sobrevivendo o desprovimento de ambos os recursos (fls. 863-873).

Nas razões do recurso especial, alega o Recorrente a negativa de vigência ao art. 44, incisos I, II e III, do Código Penal, sustentando ser cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, postulando o provimento do recurso para esse fim.

Oferecidas contrarrazões (fls. 909-915), admitiu-se o recurso na origem (fl. 917).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (fls. 927-934).

É o relatório.

Decido.

Está extinta a punibilidade do Recorrente, bem como das corrés, pela prescrição da pretensão punitiva.

A pena aplicada, para todos, com trânsito em julgado para a Acusação, é de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão. Para esse *quantum*, o prazo prescricional é de 8 (oito) anos, conforme previsão do art. 109, inciso IV, do Código Penal. No caso, tal lapso transcorreu entre a data do fato, em 24/7/2006 (fl. 64), e o recebimento da denúncia, em 27/7/2015 (fls. 280-282).

Cabe ressaltar que, pela proibição à retroatividade da lei penal mais severa, não incide, no caso, a vedação ao reconhecimento da prescrição retroativa, pela pena concreta, entre a data do fato e o recebimento da denúncia, trazida pela modificação do art. 110, § 1.º, do Código Penal, pela Lei n.º 12.234/2010.

A esse respeito:

**"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI N. 8.137/90, ART. 1º, INC. V). CRIME FORMAL. PRESCINDIBILIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA RECONHECIDA. RECURSO DESPROVIDO.**

**1. O delito do art. 1º, inciso V, da Lei n.º 8.137/90 é formal e prescinde do processo administrativo-fiscal para o desencadeamento da persecução penal, não estando abarcado pela condicionante da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Assim, a prescrição para o referido crime ocorre na forma prevista no art. 111, inciso I, do Código Penal. Precedentes.**

**2. O delito se consuma com o decurso do prazo de 10 (dez) dias sem que o sujeito passivo atenda à exigência da autoridade fiscal (Lei n.º 8.137/90, art. 1º, p. ún.).**

**3. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a atual redação do art. 110, § 1º, do Código Penal, incluída pela Lei nº 12.234/2010, segundo a qual a prescrição não pode, em nenhuma hipótese, ter como termo inicial data anterior à denúncia, não se aplica à espécie, tendo em vista a proibição da retroatividade da lei penal mais rigorosa. Precedentes.**

**4. Prescrição da pretensão punitiva reconhecida no caso concreto.**

**5. Negado provimento ao agravo regimental. " (AgRg no REsp 1.534.688/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe 28/3/2016; sem grifos no original).**

Outrossim, extinção da punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva, abrange, também, a pena acessória de perda do cargo público, por força do art. 118 do Código Penal.

Nesse sentido:

*"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. AFRONTA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STF. ACOLHIMENTO PARA FIXAR O REGIME PRISIONAL. AFASTAMENTO DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. ART. 3º, II, DA LEI 8.137/90. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS.*

*[...]*

*5. Reconhecida a prescrição pelo delito do art. 3º, II, da Lei n. 8.137/90, pertinente também o afastamento de todos os efeitos da condenação, inclusive a perda do cargo público, com fundamento no art. 92, I, a, do CP. Encontrando-se os embargantes Rômulo e Carlos Eduardo na mesma situação fático-processual que Rodrigo, deve ser a eles estendida a decisão, nos termos do art. 580 do CPP.*

*6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos." (EDcl no REsp 1.170.545/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/8/2015, DJe 3/9/2015; sem grifos no original).*

Extinta a punibilidade do Recorrente, fica prejudicado o recurso especial.

Ante o exposto, de ofício, com base no art. 61 do Código de Processo Penal, DECLARO extinta a punibilidade do Recorrente, pela prescrição da pretensão punitiva, com extensão, nos termos do art. 580 do mesmo Estatuto, às corréis MARIA REJANE DA SILVA ROCHA e MARIA JOSÉ DA SILVA SILVEIRA, e, por consequência, julgo PREJUDICADO o recurso especial,.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora